

**JE**

O Jornal Económico

ESPECIAL



## SOCIEDADES DE ADVOGADOS

# O DESAFIO DA DIGITALIZAÇÃO

### A NOVA VAGA TECNOLÓGICA CHEGOU AO DIREITO?

A advocacia do futuro não será mais um sector puramente humano, com tecnologias inovadoras a permitirem aos advogados concentrar-se cada vez mais nas 'soft skills', enquanto as tarefas repetitivas ficam a cargo de algoritmos mais rápidos e eficientes. Nesta área, o futuro está cada vez mais perto.

DIREITO

**Sociedades têm estratégias para escolher a melhor 'legaltech'** ● II

ENTREVISTA

**Miguel de Azevedo Moura**

Co-Coordenador do Mestrado em Direito - Especialização em Direito e Tecnologia, da NOVA School of Law

**"Modernização digital foi acelerada pela pandemia"** ● IV



ADVOCACIA DO FUTURO

**A tecnologia e automação ao serviço de uma área humana e emocional** ● VI

FÓRUM

**Qual é a estratégia para desenvolver um processo de digitalização consistente na sociedade** ● VIII

## Revolução chegou à advocacia



FILIPE ALVES  
Diretor

Se ainda havia quem resistisse à disrupção, a pandemia tornou inevitável a transformação digital da advocacia. Estamos a caminhar para um mundo onde será normal prestar serviços jurídicos através de canais online. Um mundo onde os cidadãos e as empresas poderão avaliar e criar rankings online de advogados, ordenando-os segundo a sua competência. Um mundo onde a automação e a inteligência artificial irão mudar para sempre a forma como os advogados servem os seus clientes.

Esta transformação terá ainda outro efeito, que é o de colocar ainda mais pressão sobre o modelo tradicional das sociedades de advogados, que durante décadas foi considerado o padrão na advocacia de topo. Por um lado, estas sociedades tradicionais terão cada vez mais concorrência por parte de boutiques especializadas que trabalham em rede com outras firmas focadas em determinadas áreas de prática. Estas redes estarão apoiadas em parceiros tecnológicos com os grandes escritórios, com ofertas *full service* e preços competitivos.

Por outro, a própria forma como as sociedades se apresentam aos clientes está a mudar a olhos vistos. Se há alguns anos seria obrigatório ter instalações numa zona *premium* e tudo o que fosse abaixo disso corria o risco de ser considerado “vão de escada”, hoje já não é assim. Os clientes estão habituados a trabalhar remotamente e compreendem que o essencial é ser-se bem servido e receber a atenção devida por parte dos seus advogados. ●

DIREITO

# Sociedades de advogados têm estratégias para escolher a melhor ‘legaltech’

Escritórios portugueses garantem que há no mercado “dezenas ou centenas” de empresas com softwares para agilizar o trabalho jurídico.

MARIANA BANDEIRA

mbandeira@jornaleconomico.pt

As sociedades de advogados foram empurradas para a transformação digital assim que a pandemia chegou a Portugal, mas volvido praticamente um ano os escritórios devem aproveitar esse ímpeto para aproveitar as vantagens das tecnologias emergentes, apela o relatório “Law Firms’ Survey 2020”, elaborado pela consultora PwC.

É o momento de o sector da advocacia avaliar até que ponto os seus sistemas de informação são adequados, mover os dados e aplicações para a nuvem (*cloud*) e envolver toda a firma nas formações e tomadas de decisão, até porque o número de empresas que desenvolvem software jurídico proliferou ao passo que os recursos que os sabem operar não.

Para a CCA, a tecnologia não é só uma molécula no ADN, mas advém da exposição ao sector enquanto assessora. Internamente, na hora de escolher os fornecedores de Tecnologias de Informação (TI) e as soluções procura-se responder a uma série de perguntas, conforme enumera o diretor geral: “Qual o retorno esperado? Que investimento é necessário para a implementar? Permite a médio longo prazo atingir as metas a que nos propomos? A solução adequa-se às nossas necessidades e resolve algum problema constrangimento atual?”.

A sociedade liderada por Domingos Cruz trabalha neste momento com dois parceiros tecnológicos – a Roox e a Intapp – que têm sido os seus aceleradores de digita-

lização, sendo que a última solução adotada foi um sistema de gestão personalizado (ERP - Enterprise Resource Planning). Jorge Machado considera que a centralização deste processo de transformação digital num parceiro (fornecedor de TI) é estratégica, porque permite “gerir de forma eficiente as interações entre os diversos sistemas” informáticos, evitar o “envolvimento de distintas equipas e de eventuais problemas de coordenação” e assim arriscar menos obstáculos na hora de fazer as integrações e atualizações.

“Atualmente são dezenas, para não falarmos em centenas, de empresas que oferecem softwares e aplicações que prometem agilizar e melhorar os processos diários nas sociedades”, diz o executivo da CCA. Na sua opinião, há casos de autêntica revolução nos processos como a automação de contratos (*smart contracts*), as soluções inteligentes para melhorar o *pricing* ou as ferramentas que fazem os registos do tempo de forma autónoma e automática. “Estou inclinado a dizer que tecnologia nunca é demais se for bem aplicada”, assegura Jorge Machado ao Jornal Económico (JE).

A Abreu Advogados tem vindo a instalar ferramentas de análise, controlo e *business intelligence* e, mais recentemente, implementou um motor de inteligência artificial (IA) que auxilia os advogados na pesquisa de informação jurídica, para que na rotina de trabalho diária possam ser mais eficientes. “Nós só adotamos soluções que nos garantam uma melhoria do desempenho da nossa atividade”, adverte o responsável de TI do escritório.

Atualmente, a sociedade tem mais de dez parceiros tecnológicos, uma vez que faz acordos com empresas que tenham softwares de um âmbito mais alargado do que a advocacia. “Procuramos parceiros do mercado não focado apenas na tecnologia jurídica, mas focadas em implementar soluções inovadoras e suficientemente abrangentes, eficientes e adaptadas às diversas realidades do nosso trabalho, seja ele jurídico ou não”, explica João Cupertino.

### Orçamento para cibersegurança com mais capital

Para evitar que tecnologia rime com fraude, a Abreu tem um Security Operations Center e avançou ao JF que irá reforçar em cinco pontos percentuais a verba para a cibersegurança, que em 2020 foi de 15% do orçamento para TI e este ano passará aos 20%. “Como qualquer área relacionada com a tecnologias, a cibersegurança não é uma área estanque e está em continuo desenvolvimento e o nosso investimento tem acompanhado a escalada de desenvolvimento”, defende o líder de TI.

A Morais Leitão (ML) também trabalha com cerca de dez empresas tecnológicas (nacionais e internacionais) para garantir que o tempo dos seus mais de 200 advogados é redirecionado para análises com maior complexidade jurídica. O diretor Internacional e de Inovação da sociedade confirma que há muitas opções de *legaltech* no mercado, mas descarta que o excesso de tecnologia seja um problema, pois permite a redução de tarefas repetitivas.

“Todas as semanas recebemos



“Esta súbita explosão tecnológica criou um enorme desafio: a harmonização da literacia digital entre todos os membros da organização”, refere o diretor de Inovação da Morais Leitão



Shutterstock

solicitações de empresas com ferramentas de *legaltech* e, caso não sejam funcionalidades que já temos no nosso portfólio, assistimos a uma demonstração inicial. Como temos um *roadmap* definido de funcionalidades a adotar na sociedade, esta oferta massiva não nos desvia dos objetivos definidos”, refere Carlos Coelho ao JE.

A ML recorre aos sistemas consoante uma ou mais necessidades de determinado advogado(a) ou departamento. A partir daí, segue-se um processo de seleção a cargo dos técnicos e especialistas da casa. “A escolha dos fornecedores em ferramentas de *legaltech* a adotar recai, sobretudo, na forma como as funcionalidades da solução encaixam na nossa organização, na

arquitetura técnica da solução que é avaliada em detalhe pela nossa equipa de TI e na experiência de implementação”, conta o responsável de Inovação.

A título de exemplo, a última ‘mexida’ na tecnologia foi a substituição de uma ferramenta de eDiscovery (investigação digital) – crucial para uma profissão que requer constante e rápida pesquisa. Carlos Coelho lembra que este tipo de processos, alinhados com a transição digital, já estavam desenhados antes da pandemia, mas com um horizonte temporal mais alargado que acabou por encolher para “poucas semanas” assim que o vírus obrigou ao confinamento geral no âmbito do estado de emergência. “Esta súbita explosão tecnológica criou um enorme desafio: a

harmonização da literacia digital entre todos os membros da organização”, alertou.

Há inclusive especialistas citados pelo jornal britânico “Financial Times” (FT) que advertem para um problema que agora os advogados enfrentam: tecnologia a mais. A Vieira de Almeida (VdA) – que trabalha com três-quatro empresas de tecnologia e é igualmente adepta da eDiscovery – concorda com a ideia e argumenta que é por esse motivo que tem vindo a implementar um programa que tem o intuito de estabelecer prioridades. Mais: justificar o investimento em tecnologia consoante o negócio, bem como estimular a criação, o desenvolvimento de competências e mesmo a motivação, tal como esclarece o diretor de Tecnologia ao JE.

“A esmagadora maioria dos fornecedores oferece soluções baseadas na *cloud*, o que por um lado ajuda na descomplicação da infraestrutura física de hardware e software de base, mas, por outro, complica todos os temas relacionados com segurança, privacidade da informação, integração com outras soluções, latências de comunicações, entre outros”, começa por explicar Rui Alves. “Isto significa que cada solução adotada tem de ser descortinada nestes pontos menos óbvios, bem como noutros não menos importantes, como a estabilidade do fornecedor/solução – muitas startups desaparecem e/ou mudam de estratégia quanto aos seus produtos, como muitas são adquiridas por empresas maiores que depois introduzem também alterações es-

tratégicas aos produtos”, sublinha.

Segundo o FT, se em 2020 o problema no curto prazo dos juristas era saber se podiam continuar a trabalhar, agora será mais complexo: como podem utilizar as ferramentas e os processos que desenvolveram durante o confinamento e tornarem-se mais produtivos seja no escritório, em casa ou na rua, de telefone empunho. “O coronavírus foi sobretudo um acelerador da adoção digital e forçou (no bom sentido) a utilização de ferramentas já disponíveis e a criação de hábitos de trabalho sobre essas ferramentas. A transformação significa fazer mais e mais eficientemente o que já se fazia no passado, ou, fazer algo de novo capitalizando sobre tecnologia”, conclui Rui Alves. ●